

# A autoavaliação enquanto instrumento de regulação da ação

Celeste Marques

*Agrupamento de Escolas N.º 1 de Portalegre*

A evolução do conceito de autonomia resultante da modernização do sistema educativo onde se privilegia a descentralização do poder de decisão, vem colocar novos desafios às escolas. Torna-se clara a necessidade de implementar práticas organizativas de autoavaliação que permitam, de forma eficaz, avaliar os seus projetos educativos. É neste contexto que a autoavaliação constitui, atualmente, uma das áreas centrais, potenciadora de dispositivos e procedimentos avaliativos, que se assumem como determinantes na (re)construção do seu próprio processo de melhoria.

Os procedimentos de autoavaliação desencadeados nos estabelecimentos de ensino permitem fornecer informação (útil, exequível, legítima e exata) aos diversos atores da comunidade educativa, reforçando a capacidade da escola para planear e implementar o seu próprio processo de melhoria, incentivando e estimulando as suas capacidades para refletir criticamente sobre os seus resultados e sobre o seu funcionamento. Com todo este trabalho coletivo e participado, procura-se chegar a

discursos consensuais sobre a organização escolar, enquadrando-se por isso no paradigma construtivista, no qual a procura de um sentido coletivo de escola é um dos pilares para que se consiga construir uma cultura, onde predomine a procura sistemática e rigorosa de estratégias com vista à melhoria, enquanto comunidade aprendente. Este é um trabalho árduo mas determinante no desenvolvimento de comportamentos estratégicos para a tomada de decisões, tanto ao nível pedagógico como organizacional.

De forma sustentada e sustentável, as organizações escolares devem planear o seu trabalho, executá-lo, rever e verificar o desenvolvimento das suas ações através da monitorização do projeto educativo e, por fim, efetuar os ajustes necessários face aos resultados alcançados. Não menos importante é adequar o processo metodológico de autoavaliação para que seja possível efetuar-se a identificação de pontos fortes e de pontos fracos, de potencialidade e de constrangimentos, que se assumem como um pilar na redefinição do

plano de ação estratégico das organizações escolares.

É de salientar ainda que, mediante este novo paradigma sobre a importância da autoavaliação em contexto escolar, estes estabelecimentos terão de efetuar um percurso, entendendo-se no entanto que esse vai permitir (re)construir uma perceção

sobre a importância da avaliação, repercutindo-se, necessariamente, na construção de uma cultura de escola que contemple processos reflexivos em torno do papel da avaliação enquanto instrumento regulador do processo de ensino/aprendizagem e das opções/decisões estratégicas adotadas nas organizações escolares.